



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	TJPA
Nome do Órgão:	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Autoridade Máxima:	Desª Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Responsável pela Informação:	Departamento Financeiro
Mês de Referência (MM/AAAA):	Março de 2023
Data da Publicação:	19/04/2023

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos		Mar
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	155.655.944,31
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	48.258,90
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	5.699,01
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência ⁽¹⁾	
	TOTAL	155.709.902,22

Inciso II – Outras Despesas de Custeio		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	1.829.006,04
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	5.152,45
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	1.043.216,81
II-F	Passagens e despesas com locomoção	375.476,97
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	
II-H	aluguel de imóveis	411.917,36
II-I	Serviços de água e esgoto	128.159,51
II-J	Serviços de energia elétrica	779.710,29
II-K	Serviços de telecomunicações	233.371,57
II-L	Serviços de comunicação em geral	296.762,27
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	1.589.560,74
II-N	serviços de limpeza e conservação	326.109,98
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	214.408,31
II-P	Serviços de publicidade	326.042,72
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas "n", e "o"	66.137,87
II-R	Serviços de seleção e treinamento	215.665,76
II-S	Aquisição de material de expediente	2.500,00
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	
II-U	aquisição de material bibliográfico	
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	283.607,86
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	12.075,00
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w"	315.226,53
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	2.057.686,03
II-Z	demais despesas de custeio	3.495.731,56
	TOTAL	14.007.525,63

Inciso III – Despesas com Investimentos		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	1.336.086,68
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	70.839,00
	TOTAL	1.406.925,68

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	
IV-B	Outras inversões	
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos ⁽²⁾	106.774.875,00
V-B	Custeio ⁽³⁾	14.139.688,75
V-C	Investimento	
V-D	Inversões Financeiras	
	TOTAL	120.914.563,75

Inciso VI – Receitas		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	10.006.364,39
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	4.694.014,62
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	6.811.957,62
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas ⁽⁴⁾	12.630.340,79
	TOTAL	34.142.677,42

* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

** Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse referente ao imposto de renda retido na fonte.

(4) - Receitas referentes à rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimentos sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais, conforme a Lei nº 6.750/05.

(5) - A execução Orçamentária e Financeira no SIAFEM/2022 iniciou a partir de 25/01/2022, haja vista que o SIAFEM/2022 foi liberado em 13/01/2022 e, ainda, necessitou de ajustes orçamentários em decorrência da integração do novo Sistema GRP-Thema.

(6) - Em que pese o novo Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual - Pará - SIAFE ter sido liberado para execução orçamentária e financeira em 16/01/2023, o mesmo ainda está passando por ajustes, comprometendo assim a extração de dados do mesmo. Logo, o presente relatório poderá ser retificado posteriormente.

(7) - Em 11/05/2023, retificação da Alínea VI-D para atualização de valor.

(8) - Em 16/05/2023, retificação da Alínea V-B para atualização de valor.

(9) - Em 12/06/2023, retificação dos incisos I e II para adequação de valores das Despesas Realizadas.